

Portugal abraça e é abraçado, uma realidade seiscentista

Paulo Manuel Oliveira Mengo de Abreu

Professor de História

Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento

Comunicação Simpósio internacional-17, 18 de maio, 2016, European Identity-Part Of World Heritage

Abstract: Uma nova filosofia de ensinar e aprender história passa seguramente pela totalidade da mesma, partindo do micro para o macro e abarcando realidades como a política, economia, sociedade, cultura e conhecimento. Desta forma damos vida aos atores anónimos, sem os quais não teria sido possível o realce dado às “grandes personagens” e consequentemente escrever a gesta da Humanidade. Portugal é disso um exemplo, um país pequeno, com cerca de 1,5 milhões de habitantes, muitos dos quais humildes pescadores que, nos inícios do século XV, aproveitando o conhecimento prático, com aquele que nos tinha sido legado, se lançam na aventura do desconhecido, ligando-o ao conhecido e tornando-se assim pioneiro na globalização económica, da cultura e do conhecimento.

Introdução

Caros leitores, o desafio é tão simples quanto ambicioso, percorrer em conjunto uma extensíssima área de milhares de quilómetros, com início em pleno século XIV, na colónia Genovesa de Kaffa, na Crimeia, e término no Império marítimo Português em pleno século XVI. Claro está que o tempo e o espaço serão balizas orientadoras, marcos explicativos, nos quais causas e efeitos se conjugam numa simbiose de quês e porquês, em direção a uma imagem que se pretende o mais nítida possível. Vivência de um passado cultural e civilizacionalmente exuberante, em que pela primeira vez na história das civilizações, Ocidente e Oriente “se sentam à mesa do Rei”, encetando um convívio mutuamente enriquecedor.

Mortes, doenças, guerras, famílias destroçadas, sofrimento, epopeias, descobertas, de tudo terão um pouco, num ziguezaguear constante de sentimentos, vivenciando acontecimentos vários, desafiando a imaginação de todos e cada um, numa descoberta constante de paisagens, cores e cheiros. De facto, cabe ao historiador a difícil tarefa de tentar impregnar no leitor a mentalidade daqueles tempos, tornando a “viagem” muito mais real e vivenciada, levando-o de volta ao passado, passando à prática a teoria da relatividade, não através de fórmulas matemáticas, mas de uma orgia de sentimentos, oriundos de um conhecimento histórico vivenciado. E este, acreditem, por experiência própria, é capaz de arrebatá-los até aí nunca experienciados, de projetar a mente para uma realidade em que ficamos muito perto de sermos atores desse passado longínquo.

Este é o objetivo de uma “nova história”, “total” direi mesmo, no sentido de querer atingir a globalidade, em que ninguém fica para trás, partindo do micro para o macro,

sendo a soma das partes superior à totalidade do conjunto. Desta forma, todos são chamados a intervir, a “depor”, a dar o seu contributo, a tornarem-se parte ativa dum passado que queremos o mais presente possível. Esta conceção rejeita as “grandes personagens” sempre que estas secundarizam o todo cultural, mental, económico, político e social, esquecendo aqueles que pelos seus feitos tornaram possível o impossível, os atores anónimos que durante tantos anos permaneceram incógnitos, vítimas de uma visão distorcida, aos quadrinhos direi mesmo, própria para embalar crianças e potenciar sonhos de Reis e Rainhas. E é aqui que radica a importância da história local, tão esquecida e maltratada, bastando olhar à nossa volta para percebermos as consequências drásticas, próprias de países terceiro mundistas e radicadas frequentemente numa ignorância que dói cá dentro. Monumentos vergonhosamente em ruínas, outros que sucumbiram perante interesses vários, (destacando-se o imobiliário), património de valor incalculável, que incapaz de lançar um grito de socorro, necessita de novas consciências que está nas nossas mãos despertar. Esta miopia tem-nos custado caro, duplamente caro, direi, não só porque é algo que irreversivelmente se perde, e a “voragem do tempo” não perdoa, como também contribui para uma péssima imagem do país que somos, retirando-nos preciosas divisas de quem nos visita.

Pode assim a Escola pública “produzir” conhecimento histórico a partir do levantamento e cruzamento de informação, fruto do contacto direto dos alunos com as “suas” fontes históricas, escritas, não escritas e orais. Despertando consciências, educando para a cidadania, mudando mentalidades, criando uma nova geração de cidadãos ativos e conscientes, que se identifiquem com as suas gentes, com o património que os rodeia e com a necessidade da sua preservação. Deste impulso seguramente resultará uma nova civilidade por parte dos atuais atores públicos, os quais não ficarão seguramente indiferentes a tudo isto, numa mudança que exige algo mais, induzindo-os a alterações estruturais, impreparados que estão para responder positivamente a um novo tipo de desafios, porque organizados segundo conceitos puramente economicistas.

Assim, parece-me urgente o estabelecimento de uma rede de parcerias, englobando Escolas, Autarquias, Empresas e Particulares, que concorrerão para o sucesso de todos, logo da própria cidadania em si mesma. O património, pela sua extensão e riqueza cobra-nos, a todos sem exceção, a capacidade de preservar para as gerações vindouras um legado que é insubstituível.

Caros leitores venham daí e acompanhem-me nesta viagem do conhecimento!

A “alavanca” da peste negra

O século XIV mostra-nos um Mediterrâneo comercialmente pujante, atravessado por inúmeras embarcações e uma miríade de produtos que a Europa estava disposta a pagar, a preços elevados, fruto de sucessivas transações, resultado de uma rota via Mar Vermelho e Golfo Pérsico, que os Muçulmanos sabiam bem potenciar, dinamizando um negócio altamente lucrativo para as várias partes envolvidas. O lucro e o poder andavam

por aquela altura de mãos dadas. Sedas, porcelanas, especiarias variadas, escravos, tudo era transacionado, estando reservado às cidades-estado “Italianas” o papel de intermediários entre o Oriente Asiático e as várias nações europeias, ávidas de tudo quanto era novidade. Na realidade, Génova, Veneza, Florença e Pisa possuíam inúmeras colónias e entrepostos comerciais espalhadas por áreas tão vastas como o Mediterrâneo, o Mar Negro, Península Ibérica e o norte da Europa, impondo os seus ditames quanto à fixação de preços e prazos de entrega. Ora, das quatro antes citadas cidades, eram as duas primeiras, com todo o seu esplendor e poderio naval, resultado direto das riquezas acumuladas, as principais potências marítimas e comerciais da época, ditando a sua lei face às concorrentes, fruto de combates marítimos e ataques terrestres bem-sucedidos, os quais infligiam pesadas perdas aos seus mais diretos rivais.

Kaffa, situada na Península da Crimeia, era por aquela altura, a mais importante colónia Genovesa do Mar Negro, de tal forma que em finais do século xv possuía cerca de 70.000 habitantes e um porto de mar com capacidade para a atracagem de perto de 200 embarcações.¹Ora daqui resultava, com naturalidade, a atração de olhares indiscretos, permitindo-nos imaginar a azáfama diária de uma cidade rica, cruzada por culturas e interesses diversos, onde o Ocidente e o Oriente conviviam de forma mais ou menos pacífica, graças aos mais altos interesses que os negócios naturalmente potenciavam. De resto os Genoveses tinham bem noção da pérola que tinham entre mãos, resultando desta consciência a construção de um assinalável complexo amuralhado, capaz de os proteger da cobiça alheia e garantindo-lhes desta forma a segurança necessária que a atividade comercial exige. Ora, este ambiente de relativa paz e convívio estava perto de chegar ao fim.

Na realidade, por volta do final do verão daquele fatídico ano de 1347, nenhum dos seus habitantes imaginava sequer que “o mundo lhes iria cair em cima”, de uma forma tão desagradável quanto devastadora, e, muito menos das consequências daquela maldição, literalmente vinda dos céus. Acontece que os Mongóis, ávidos pela conquista do bastião, mas incapazes de derrubar o baluarte amuralhado que tinham pela frente, decidem a utilização, pela primeira vez na história da humanidade, de uma arma biológica. Aproximam catapultas das muralhas e, para surpresa geral, iniciam o lançamento, não de pedras ou outros objetos de arremesso típicos da época, mas de cadáveres em estado de decomposição e infetados pela bactéria da peste, *Yersinia pestis*². Podemos imaginar claramente a rapidez com que se passou da surpresa inicial, para o medo e deste para o terror, numa gradação de pânico incontrolável, desafiando os conhecimentos médicos da época, incapazes de responder a tão “formidável” desafio. O resultado está à vista, quando as embarcações genovesas, oriundas de Kaffa, começam a chegar aos portos europeus, trazem a bordo três tipos de passageiros indesejados, a saber: marinheiros contaminados (vivos e mortos), o rato preto, que geralmente convive mais de perto com o homem do que o cinzento, e a sua tradicional hóspede, a pulga, da espécie *Xenopsylla cheopis*³. Ora, acontece que esta espécie de rato

¹ BALARD, Michel. *La Romanie génoise*, Rome et Gênes, Ecole Française de Rome, 1978

² Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/>, acedido em 15.04.2016

³ Disponível em <http://animaldiversity.org/>, acedido em 15.04.2016

possui, para mal dos indefesos cidadãos medievais, algumas características potenciadoras de tal calamidade: é portador da doença, vive geralmente em ambientes domésticos e tem um período de gestação de 21 dias, podendo a fêmea ficar grávida no dia em que nasce a primeira ninhada, o que resulta numa multiplicação exponencial. Se a tudo isto juntarmos os deficientes hábitos de higiene, o estrangulamento das ruas, as exíguas habitações de madeira e colmo, a inexistência de esgotos e o “convívio” frequente entre homens e todo o tipo de roedores, temos as condições ideais para a criação da “tempestade perfeita”.

De repente, num abrir e fechar de olhos, entre 1347 e 1351, um pouco por todo o lado, com a surpresa a dar rapidamente lugar a um pânico de morte, começam a surgir pessoas infetadas, nas quais eram visíveis bolhões enegrecidos (daí a designação de Peste Bubónica), resultantes da infeção dos gânglios linfáticos, o que equivalia a uma sentença de morte em menos de cinco dias. E a situação agrava-se, porque perante o desconhecimento total, o contágio também acontece pela tosse e fluídos corporais, provocando uma mortandade descontrolada e os subsequentes enterramentos em valas comuns (descobertas ultimamente em vários países). Acresce que, a fuga à morte solitária, provoca uma deslocação populacional em massa do campo para a cidade, numa tentativa desesperada de encontrar algum apoio nos centros urbanos. Sem o saberem, indefesos, desorientados, descontrolados, lutando com armas desiguais contra um inimigo desconhecido, estavam a caminhar para a morte certa porque o contágio era bem superior ao das áreas rurais. Resultante da ignorância, duma religiosidade arreigada e mal percecionada, o castigo divino era a justificação mais à mão, não sendo assim de estranhar que em desespero de causa surgissem as famosas procissões de auto flagelantes, tentando encontrar na fé, ou mesmo no misticismo, a resposta que teimava em não surgir. Imagina-se o pânico, pais a enterrar filhos, estes a enterrarem irmãos, famílias inteiras vitimadas, outras em que sobrevivia um só elemento, de tudo se via um pouco, numa “orgia de morte” da qual temos conhecimento mais próximo graças a alguns escritos que nos foram chegando. Boccaccio, na sua obra “*Decameron*”, afirma que as vítimas normalmente, “*almoçavam com seus amigos e jantavam com seus ancestrais no paraíso.*”⁴

No final, e levando em linha de conta as dificuldades em obter números exatos, estima-se que não menos de 33,3% da população europeia tenha perecido⁵, ou seja 25 milhões ou mais de almas, com a particularidade de algumas localidades se terem tornado fantasmas, sem ninguém para contar o sucedido. Para a época e depois de três séculos a crescer (XI, XII e XIII), mas de uma forma pouco sustentada, porque o aumento da produção agrícola não foi de molde a criar excedentes, qualquer contrariedade mais séria teria consequências dramáticas. Ora o século XIV é conhecido na história pela sua trilogia negra: Fomes, que se iniciaram como resultado de uma sucessão de maus anos agrícolas entre 1315 e 1320 e que se foram arrastando por toda a centúria; Guerras,

⁴ Boccaccio –*Decameron*, cit. in *Joffre M. de Rezende*, Prof. Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás

⁵ Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores

com destaque para a dos 100 anos (116 exatamente) entre 1337 e 1453, que sendo inicialmente um conflito entre França e Inglaterra, rapidamente alastrou a outras nações e Pestes várias, destacando-se a atrás citada. Imagine-se a confusão que estava instalada, as terras por cultivar, a fome, o pânico e a revolta “sentados à mesa diariamente” com todos e cada um. Os mais fortes tentando restaurar a antiga ordem senhorial, socorrendo-se dos monarcas para o efeito, a arraia-miúda recusando voltar atrás, exigindo salários altíssimos para tornar ao cultivo das terras e em desespero de causa assaltando castelos e propriedades, movidos por sentimentos de vingança centenários e fazendo jus à máxima de que a vingança se serve fria.

Das fraquezas se fazem forças

Ora, Portugal não fugia ao cenário antes traçado, diria mesmo que o via agravado graças à imprudência do Rei D. Fernando (1367-1383), o qual julgando-se com direitos à coroa Castelhana, deu início às famosas Guerras Fernandinas (1369-1382), em número de três, das quais o país sai derrotado económica e militarmente. Constata-se assim, que a situação do reino era alarmante sob todos os aspetos, sendo as questões políticas e económico-sociais absolutamente dramáticas e portanto de mais premente resolução. Se quanto às primeiras tudo se resolveu numa questão de 27 anos, inicialmente com a aclamação do Rei D. João I (1385) e posteriormente com a vitória no conflito armado com Castela (destaque para a vitória obtida na batalha de Aljubarrota) e a subsequente assinatura em 1411 do tratado de paz Luso-Castelhano, de Ayllón-Segovia, já quanto às segundas tudo vai ser distinto na forma, no tempo e no espaço.

De facto, era necessário responder com urgência à alarmante situação de verdadeira emergência nacional que atravessava o país de norte a sul. Com as finanças completamente depauperadas, os setores económicos improdutivos, a evidente falta de alimentos que convivia com uma galopante inflação, resultado direto da desvalorização monetária e da falta de metais preciosos, eram os mais necessitados os principais atingidos. Ora a nossa fronteira terrestre não era solução, Castela debatia-se com tantos ou mais problemas, a que acrescia ainda a presença muçulmana na Andaluzia, o que provocava enorme instabilidade e obrigava a gastos frequentes nos avanços e recuos do chamado “processo de reconquista”. Assim, restava-nos a fronteira marítima e é aqui que, com a experiência de quem lidava diariamente com o mar, à qual adicionamos os conhecimentos que nos foram legados por outros povos e civilizações, que encontramos a saída tão ambicionada. Inventamos, reinventamos e reutilizamos, em proveito próprio, diria mesmo de todos (como adiante se perceberá), o legado cultural que herdamos, do qual resultou no final desta epopeia, uma miríade entrelaçada de sentimentos e emoções, ligando povos, culturas e continentes. Iniciamos assim uma longa caminhada, naquilo que costumo designar como o primeiro passo para a globalização do conhecimento, ou seja, para o nascimento de uma aculturação à escala mundial.

Começamos pelo pioneirismo, impulsionado por uma série de condições ímpares, de que destacaria três: políticas, naturais e técnicas. Quanto às primeiras salientaria o apoio dos monarcas e de todos os grupos sociais, nobreza, clero e povo que, embora com motivações distintas, viam nesta aventura rumo ao desconhecido a saída para a crise que a todos afetava e urgia debelar. No que concerne às segundas realçaria uma costa marítima de perto de 900 quilómetros, vários portos naturais e um contacto diário das nossas póvoas marítimas com o oceano, numa irmandade de sentimentos contraditórios, onde a morte e a vida conviviam de mãos dadas, fruto da procura do sustento diário. Relativamente às terceiras, o relevo vai para o engenho e artes nacionais em conjunto com a riquíssima herança que nos foi legada: cartas de marear, com representações notáveis das zonas costeiras e adjacentes, herdeiras dos Portulanos, os quais assinalavam inúmeras direções a partir de determinados pontos a fim de que fosse possível ligar vários locais; técnicas de navegação e orientação de que os pilotos Genoveses e Maiorquinos, pagos pelos Reis Portugueses, nos souberam transmitir; conhecimento de vários instrumentos de orientação, como a Bússola Magnética, Quadrante, Astrolábio e Balestilha (os últimos três de lavra nacional), com destaque para a primeira, provavelmente a mais utilizada, fruto da herança cultural muçulmana e do aperfeiçoamento recebido pelos navegadores “Italianos”; embarcações como a Barca (de origem nacional), a Caravela latina portuguesa, com a sua vela triangular, empregue nas viagens dos descobrimentos, distinguindo-se pela possibilidade de navegar à bolina, ou seja, progredir em ziguezague contra o sentido dominante do vento, a Nau e a Carraca, ambas de maior tonelagem, permitindo carregamentos superiores, bem como a utilização de peças de artilharia, na defesa efetiva das nossas embarcações.

Criadas todas as condições para uma navegação astronómica bem-sucedida, apesar do desconhecido que nos esperava, eramos claramente uma jangada atracada à nossa fronteira terrestre, de que urgia libertar as amarras e partir para esse azul tão desconhecido quão desafiante, na procura das ambicionadas riquezas. Ocupemos então o nosso lugar a bordo.

Dois rumos, mas só uma verdadeira saída

Tomada a decisão, fomos imediatamente confrontados com duas hipóteses à partida tentadoras, a saber: ocupar os locais de comércio, que em boa parte se situavam no vizinho norte de África, ou, ir mais longe, afrontar o desconhecido e tentar controlar as áreas de produção. Esta escolha não era inócua, o que rapidamente se provou com o primeiro passo a ser dado em direção a Ceuta. Situada no estreito de Gibraltar era à altura um dos mais importantes locais de comércio por onde circulavam especiarias, ouro (oriundo de Tombuctu, atual Mali e que desde 1988 faz parte do Património Mundial da Unesco), escravos e muitas outras riquezas oriundas do continente africano. A estes fatores teremos que adicionar a excelente localização geográfica, com o controle do vetor Atlântico-Mediterrâneo, a produção cerealífera nos seus arredores, a possibilidade do monarca português, pertencente a uma dinastia emergente, se afirmar,

ocupando, de forma vitoriosa, uma Nobreza enfraquecida e simultaneamente “entregar ao clero” território controlado pelos muçulmanos. Tendo largado a 25 de julho de Lisboa (o que nem a morte da Rainha, vítima de peste, a 19 consegue impedir) e com escala em Faro, a frota era composta por cerca de 200 embarcações de transporte e vasos de guerra e perto de 20.000 homens. O desembarque acontece a 21 de agosto, tendo os defensores da cidade sido apanhados de surpresa, o que facilitou todo o processo de conquista do amuralhado burgo, de tal forma que ao fim do dia se misturavam intra muralhas o português e o berbere. Convertida a Mesquita em Igreja, o rei armou cavaleiros os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Citando José Mattoso “(...) *Ceuta tornou-se um campo de honra e títulos, sinal da cruzada havida e muita mais a haver, baluarte de prestígio para a monarquia, credencial portuguesa em Roma e em todos os principados cristãos (...)*⁶.

Mas os verdadeiros problemas colocaram-se num segundo momento, o período pós-conquista, em que os autóctones “secam” totalmente a cidade no que ao afluxo de riquezas diz respeito desviando-as para burgos vizinhos, destroem os campos de cultivo e vão limitando o domínio português à zona amuralhada. Assim, de uma afortunada conquista, rapidamente passamos a um sorvedouro de gentes e dinheiro, sendo necessário abastecer a cidade de cereais e armamento, de que as suas gentes dependem para sobreviver. E é aqui que surge a primeira grande divisão político-social no país, entre dois rumos distintos, o das conquistas norte-africanas ou o das descobertas marítimas, que marcará a nação até a subida ao trono de D. João II, ressurgindo mais tarde no desventurado reinado de D. Sebastião, causa primeira do domínio Filipino entre 1580 e 1640.

Os dados estavam lançados,urgia obter rapidamente riquezas, causa primeira da aventura iniciada, e Ceuta não respondia a esse desiderato. Como tal, Madeira (1419/20), Açores (1427), foram descobertas e colonizadas, seguindo-se o avanço ao longo da costa Ocidental Africana, com tal vigor, que em 1434 é dobrado o Cabo Bojador, em 1445 iniciamos as primeiras trocas comerciais em Arguim e em 1460, atingimos a Serra leoa. Neste período destaque para a ação do Infante D. Henrique (1394-1460) que, por delegação régia, se tornou responsável pela gestão de todo o processo, não só de avanço ao longo da costa Africana, mas também pelo povoamento, exploração e aproveitamento económico das ilhas atlânticas acima referidas. Nascia a primeira Feitoria da apelidada “Costa do Ouro”, Arguim, com o seu castelo, erigido na referida ilha, relativamente ao qual Alvise de Ca da Mosto, navegador Veneziano ao serviço do dito Infante nos diz, “*O senhor Infante D. Henrique fez nesta ilha de Arguim um contrato por dez anos, deste modo; que ninguém pudesse entrar no golfo para traficar com os Árabes, salvo aqueles que entrassem no contracto, o qual tem uma feitoria na dita ilha, e Feitores, que compram e vendem àqueles Árabes, que vêm à marinha; dando-lhes diversas mercadorias, como são panos tecidos, prata e alquiceis, que são uma espécie de túnicas, tapetes e sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos, e recebem em troca Negros, que os ditos alarves trazem da Negraria, e ouro Tiber. De modo que este Senhor Infante faz actualmente trabalhar em uma fortaleza na dita ilha, para conservar este*

⁶ Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores

*comércio para sempre; e por esta razão todos os anos vão e vêm caravelas de Portugal à Ilha de Arguim”(...).*⁷.

Ora, a chegada de D. Afonso V ao poder (1446-1481), marca um período de maior predisposição para as conquistas norte africanas, com realce para Alcácer Ceguer (1458), Arzila e Tânger (1471), fruto da pressão da Nobreza junto do monarca, o qual “aluga “ o avanço por mar a um burguês de Lisboa, Fernão Gomes. Foram anos de enfraquecimento do poder real e temia-se seriamente pelo sucesso das descobertas. D. Henrique tinha falecido, o poder da fidalguia crescia a olhos vistos, a sua ânsia por títulos, terras e cargos, como pagamento do apoio militar prestado nas praças africanas era uma realidade e o monarca mostrava-se incapaz de lhes fazer frente. Mas em breve tudo iria mudar, mais concretamente a partir de 1471, com o controle das descobertas a ser depositado nas mãos de D. João II, que onze anos depois assume o reino por morte de seu pai.

A política Joanina

De facto, com uma visão bem distinta, no que a vários aspetos da governação diz respeito, o novo monarca vai adotar como linhas mestras da sua governação, a centralização do poder, bem como a clara opção pelas descobertas tendo como meta final atingir a Índia. Havia finalmente um projeto, com objetivos bem definidos e uma estratégia bem delineada, era o famoso “Plano da Índia”. Foram na realidade “novos tempos e novos ventos” de alguém que não olhava a meios para atingir aqueles que considerava serem os superiores interesses do país. A Nobreza é perseguida sem dó nem piedade e colocada debaixo da sua “asa”, como costume afirmar junto dos meus alunos, de que são exemplos a execução pública do duque de Bragança e o apunhalamento pelo próprio rei do duque de Viseu, acusados de conspirar contra a sua autoridade. O processo de expansão marítima recebe um impulso vital com uma série de medidas, a saber: o comando de todo o avanço ao longo da costa ocidental africana, tendo por objetivo final a Índia, e de todos os assuntos com ele relacionado, indiciando as políticas de “mar fechado” e “monopólio régio”, como refere o próprio monarca, “*cousa defesa e vedada*”⁸; a afirmação da Casa da Mina, da Índia a partir de 1503, como local de controlo dos produtos entrados e saídos do reino, dando ao Monarca o “pulsar” de todo o processo; a construção da Feitoria de S. Jorge da Mina em 1482, no golfo da Guiné, principal centro de obtenção de riquezas, “*preparou-se assim uma frota de 500 soldados e 100 mestres de construção para que a obra se tornasse duradoura. A expedição deixou Lisboa a 12 de Dezembro de 1481 e a 19 de Janeiro seguinte atingiu a aldeia das duas partes, onde com o assentimento do rei nativo se lançou o fundamento da nova povoação*”⁹, sendo tal a determinação que “*(...) pera isso ordenou que toda madeira, e pedraria que pera portaaes, e janellas, e esquinas dos mouros, e torres, e pera outras*

⁷ Ca Da Mosto, "Navegação Primeira" in Godinho, Vitorino Magalhães. *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III, p. 125-126.

⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo. (1980). *História de Portugal*. Segundo volume. Editorial Verbo

⁹ Serrão, Joaquim Veríssimo. (1980). *História de Portugal*. Segundo volume. Editorial Verbo

cousas que fosse necessarea, logo de ca fosse lavrada, e concertada pera sem detença do lavramento se poder logo assentar. E assy se fez prestes muita cal amassada, e composta, e telha, e ladrilho, pregadura e ferramentas, e mantimentos, e totalas outras cousas pera a obra pertencentes em grande abastança.(...)”¹⁰. O esforço compensou, escravos, malagueta, marfim e principalmente ouro,” Sendo o monopólio do ouro o que maior riqueza trazia a Portugal, chegavam cerca de 410 quilos deste metal por ano ao país.”¹¹, por troca com panos, manilhas, cereais e bugigangas o que nos permitia lucros fabulosos e um poderio económico nunca visto, alavanca que nos catapultaria rumo à Índia; o avanço para sul até à passagem do Cabo da Boa Esperança, feito atingido por Bartolomeu Dias nos inícios de 1498, quando na sequência de enorme turbulência marítima e ao rumar a norte a terra se apresentou a bombordo,¹² abrindo as portas da Índia e conseqüentemente “transportando o cheiro das especiarias até Lisboa”; o envio em 1487 de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, como emissários, respetivamente em direção à Etiópia, ao suposto reino cristão de Prestes João e ao Índico, a fim de obter informações vitais, preparando a chegada por mar à Índia, “A viagem de Bartolomeu Dias e as de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva têm o mesmo objetivo final: destinam-se a bem colher informações, uma sobre as rotas de navegação e outra sobre os circuitos comerciais. Conhecimentos que se precisavam a par. Se a primeira teve êxito, com a passagem do Cabo da Boa Esperança (...) é de duvidar da suficiência que entretanto chegou a Lisboa do que observaram os enviados por terra sobre o oceano Índico”¹³; o encetar de negociações com os Reis Católicos, Fernando e Isabel, na sequência da chegada de Colombo às Antilhas, as quais asseguram a assinatura a 7 de junho de 1494 do Tratado de Tordesilhas, substituindo o de Alcáçovas, o qual, divide o mundo conhecido e por conhecer, entre estas duas potências, através de um Meridiano “colocado” a 370 léguas a Ocidente de Cabo Verde, “(...) D. João II vai ter de empreender negociações que lhe permitam alargar o espaço reservado para 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, e não as 100 léguas iniciais a oeste dos Açores e Cabo Verde (que nem sequer estavam no mesmo meridiano, ignorância Castelhana e Papal).(...) o Papa volta a aprovar a partilha desta res comune, que deixa de fora todos os restantes monarcas da cristandade “¹⁴, sendo que as terras e ilhas a Oriente dessa linha pertenceriam a Portugal e no hemisfério contrário a Castela; a política de sigilo ou segredo que, embora envolta em polémica quanto à sua total efetividade e resultados, estou certo, nos permitiu avanços concretos face aos nossos vizinhos e rivais, deixando-nos como provas,

¹⁰ Rui de Pina, Chronica d'Él Rey D. Ioham II

¹¹ Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$sao-jorge-da-mina](http://www.infopedia.pt/$sao-jorge-da-mina), consultado em 10.05.2016

¹² “(...) Uma semana mais tarde, deparou-se (...) a Serra dos Reis, o que coloca o acontecimento a 06 de Janeiro de 1488. Uma tempestade fez então dispersar os navios, que caminharam para o sul e deixaram de lorigar a costa. O capitão-mor mandou que se fizesse rumo ao norte, mas pela posição já tomada a leste, quando a esquadra voltou a avistar terra, descobriu-se passagem entre os dois oceanos (...)”. Cit. In Serrão, Joaquim Veríssimo. (1980). *História de Portugal*. Segundo volume. Editorial Verbo

¹³ Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores

¹⁴ Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores

no “tribunal da história”, algumas questões. O seu julgamento e veredito final caberá aos Jurados, do qual fazem parte todos e cada um dos leitores.

-Como foi possível, em 1484, Colombo ter proposto a D. João II a chegada à Índia navegando para ocidente, quando os Portugueses estavam já à porta do Índico?

-Como se explica que este tão afamado navegador desconhecesse o bem-sucedido avanço nacional ao longo da Costa Ocidental Africana, quando era casado com Filipa Perestrelo, filha de Bartolomeu Perestrelo, Capitão Donatário de Porto Santo?

-Como se justifica que sete anos depois os Reis Católicos tivessem dado luz verde à proposta de Colombo, quando em 1488 Bartolomeu Dias abriu as portas da Índia ao dobrar o Cabo da Boa Esperança?

-Como compreender, por parte dos mesmos reis, a assinatura do Tratado de Tordesilhas, com um meridiano “afastado” por imposição de D. João II para 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, quando a proposta original era de somente 100 léguas?

-Como aceitar que com o mesmo tratado nos estivesse a ser dado, “de mão beijada”, o Brasil, a África, a Índia e parte do extremo oriente?

-Como explicar a ignorância demonstrada pelos monarcas de Castela, no que a estes assuntos concerne, julgando estar a “reservar” para eles a Índia baseado nas informações de Colombo?

-Como justificar que ao regressar da primeira viagem às Antilhas Colombo tenha ancorado ao largo de Lisboa durante cerca de 10 dias e informado o Rei de Portugal da sua descoberta, em vez de se apressar a comunicar a boa nova aos reis Católicos?

-Como desconhecer a existência de espiões nas duas cortes com o objetivo de obter informações pagas a preço de ouro?

-E, por fim, mas não menos importante, quem era Colombo, e mais, estava ao serviço de quem?

Julgo que relativamente à famosa política de sigilo e aos seus efeitos estão os leitores capazes de fazerem os seus juízos e deporem perante a sua consciência.

A chegada à Índia

O Rei morreu, viva o Rei. Na realidade a história não foi justa para com o “Príncipe perfeito”, e, a 25 de Outubro de 1495, apenas com 40 anos, morre, sem filhos legítimos D. João II, deixando o trono a seu primo direito e cunhado, Manuel de Elvas, futuro D. Manuel I. A viagem à Índia estava em avançado estado de preparação, o plano delineado, o sonhado império a um passo de ser concretizado. Assim, em julho de 1497 parte de Lisboa uma armada capitaneada por Vasco da Gama, composta por três naus e um navio de mantimentos que, em maio de 1498, chega a Calecute, dando início à famosa Rota do Cabo e a um efetivo processo de globalização económico, científico e

cultural. Penso, contrariamente a muitos outros historiadores, que não foi a queda de Constantinopla, tão pouco a vigem de Colombo, que contribuíram maioritariamente para a abertura das portas à Idade Moderna, mas sim esta bem-sucedida viagem, que coloca pela primeira vez na história da humanidade o Ocidente e o Oriente frente a frente, em contacto direto, assinalando o ponto final à já de si agonizante Idade Média. O ocidente, civilizacionalmente atrasado face a um oriente pujante, conheceria doravante um enorme desenvolvimento a todos os níveis, *“apesar de 250 anos intensivos de expansão e de subida do peso relativo na economia mundial do que hoje designamos por Europa Ocidental, o centro económico do mundo continuava no Oriente (62% do PIB mundial)”*¹⁵. É no entanto claro o pioneirismo Português, bem evidente na criação de uma extensa rede de entrepostos comerciais e da avidez de conhecimento, expressa na crónica de Zurara que, ao referir-se ao processo expansionista, acentua como um dos fatores mais importantes, *“aver de todo manifesta certidão”*.

Goa, como capital de todo o império oriental e residência do Vice-Rei, Ormuz, controlando o acesso ao Golfo Pérsico e Malaca dominando a passagem rumo ao extremo oriente, são o tripé estratégico de todo este domínio. Permutas comerciais de que destacaria a chegada de especiarias, pedras preciosas, seda e porcelana, por troca com metais preciosos, ligam Goa a Lisboa, por aquele tempo capital económica e do conhecimento na Europa, e esta à Feitoria de Antuérpia. Imagina-se o rodopio de comerciantes de todas as partes que deambulavam na capital portuguesa na procura do melhor negócio, a azáfama da Casa da Índia, a variedade de línguas que seria possível ouvir na rua dos Mercadores, centro económico e financeiro, as dezenas de embarcações que *“entupiam”* a barra do tejo, a multiplicidade de estórias fantásticas e de novidades, passadas de boca em boca, sobre os mais recônditos lugares e acontecimentos. Economia, Política, Ciência, Geoestratégia, Técnica, Arte e Religião entrelaçam-se numa mistura de novos conhecimentos e conceitos, lançando as bases de uma revolução cultural e de mentalidades que passaremos a denominar de Renascimento. *“A Expansão Portuguesa é, então, enquadrada nos nove ciclos longos geopolíticos ocorridos desde o início do capitalismo, nos tempos da dinastia Sung chinesa do século IX, até ao domínio hegemónico norte-americano no século XX. (...) os portugueses inovaram na própria arte de inovar e iniciaram a globalização, algo que os precursores- chineses, italianos, catalães e mesmo muçulmanos- acabaram por não concretizar”*¹⁶.

¹⁵ Rodrigues, Jorge Nascimento & Devezas, Tesselano. (2011). *Portugal, o Pioneiro da Globalização*. Famalicão: Centro Atlântico

¹⁶ Rodrigues, Jorge Nascimento & Devezas, Tesselano. (2011). *Portugal, o Pioneiro da Globalização*. Famalicão: Centro Atlântico

Conclusão

Chegados aqui, estão os “viajantes-leitores” prontos a desembarcar, mas ao mesmo tempo a testemunharem o quão de admirável teve esta corrida pelas quatro partilhas do mundo e as novidades de que tiveram conhecimento, podendo agora partilhá-las com todos, servindo de testemunhas vivas e percebendo o derrubar do saber livresco, construído sem bases científicas. Equiparem-se agora aos marinheiros que diariamente chegavam e partiam, e às histórias de que eram possuidores, ávidos de contar e recontar, não faltando para tal uma audiência sequiosa de tantas e tão maravilhosas novidades, às gentes que de toda a Europa chegavam a Lisboa, regressando aos locais de origem com produtos que anteriormente não passavam de simples miragem, mas também com um acervo de novidades que rapidamente difundiriam. Enfim, o conhecimento escolástico tinha os dias contados face a um saber vivenciado, filho da observação e precursor do método científico.

Urge assim enumerar algumas das ideias, preconcebidas, que povoavam o imaginário europeu, limitando o conhecimento e a sua busca e que os Portugueses, com o auxílio do que nos foi legado pelos povos que por aqui passaram, ousaram derrubar:

- A suposta exatidão do mapa de Ptolomeu, referência da escolástica medieval, misto de ciência e misticismo, destacando-se a imaginária representação das terras situadas fora do império Romano;

- A ideia de que o Cabo Bojador era o fim do mundo, significando a sua ultrapassagem o não retorno;

- A impossibilidade de chegar ao oriente, navegando para sul, atendendo à extensão do continente africano;

- A quadratura da terra o que inviabilizava a sua circum-navegação;

- A existência de monstros e gigantes marítimos, de todo o género, que engoliam tripulações e barcos;

- As fábulas que aludiam à impossibilidade de habitar as zonas equatoriais porque, devido ao calor, a água fervia;

- A existência de seres híbridos com representação humana e animal;

- A negação da felicidade para todos os povos que não vivessem sob o signo de Cristo;

Muito mais poderia ser aduzido, mas não menos importante, foi a abertura ao mundo, um novo mundo, numa multiplicidade de conhecimentos e de avidez de saber que Mattoso exemplarmente resume *“Este humanismo dos Descobrimentos não repousa contemplativamente em verdades estáveis e fixas, legadas pela Antiguidade; é um humanismo que apelando à razão e à experiência, aspira a alcançar a posse empírica do Cosmos”*¹⁷ e que Vitorino Magalhães Godinho complementa, é *“essencialmente um*

¹⁷ Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores

*descobrimto conexo ao descobrimto do mundo, uma invenção do ser humano no espaço novamente inventado*¹⁸. Deste modo não poderíamos terminar esta “aventura do conhecimento” sem enumerar a dádiva à escala planetária de uma nação que, embora controlada pelo enorme poder da Inquisição e portanto limitada na sua capacidade de auto aproveitamento, soube contribuir para a sua difusão num mundo por ela globalizado. Assim, relevo:

- Uma nova visão do planeta, auxiliada por uma cartografia ancorada em bases científicas com representações à escala global;

- A globalização do conhecimento científico, a que não é estranha a descoberta da imprensa, ancorado na observação, lançando assim as bases do método científico;

- O nascimento de uma cultura à escala global, fruto de vivências biunívocas, permitindo-me realçar os biombos japoneses Namban, retratando a multiplicidade de raças, as influências linguísticas recíprocas, animais e objetos de arte chegados dos quatro cantos do mundo;

- A ligação direta dos vários continentes através de rotas marítimas, prevalecendo estas relativamente aos contactos indirectos, destacando-se a Rota do Cabo e a do Galeão de Manila (Espanhola);

- A rapidez na circulação de informação direta, que para a época e, se comparada com o período medieval, se assemelha à atual;

- A mundialização da economia, com uma multiplicidade de trocas e novos produtos, originando o “Capitalismo Moderno”, associado ao florescimento de Associações de mercadores, Bancos, Casas de Câmbio, e suas filiais;

- O enorme contributo para o derrube do ensino escolástico, controlado pela igreja e centrado na Bíblia, em mitos e lendas, substituído por um ensino prático-experimental baseado na observação;

- A forma como a partir de um momento de crise (século XIV) foi possível, através do aproveitando das sinergias existentes, bem como da partilha dos saberes disponíveis (locais, nacionais e externos), atingir a gesta do conhecimento partilhado.

Permitam-me terminar, com a devida vénia ao Mestre Paulo Manuel Azevedo da Silva, pela feliz escolha, na sua tese de mestrado, do excerto do poema satírico “Ship of Fools”, de 1494, do humanista Alsaciano Sebastião Brant, onde se lê: “They’ve found in Portugal since then (the time of Pliny and Strabo), And in Hispania naked men, And sparkling gold and islands, too Whereof no mortal never knew”. Conclui o referido mestre que, “Encontramos, neste trecho, todo um programa: o pioneirismo Português – seguido por

¹⁸ Cit. In Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores

Espanha; o contraponto ao saber antigo; o exótico antropológico; a possibilidade económica; a dimensão quase sobre-humana do feito”¹⁹.

Paulo Abreu

¹⁹ Silva, Paulo Manuel Azevedo. (2009). *A Influência da Expansão Portuguesa na Inglaterra do Primeiro Tudor*. Universidade de Lisboa

Bibliografia

- Mattoso, José. (1993). *História de Portugal*, segundo volume. Círculo de Leitores
- Mattoso, José. (2009). *Naquele tempo, Ensaios de História Medieval*. Círculo de Leitores
- Silva, Paulo Manuel Azevedo. (2009). *A Influência da Expansão Portuguesa na Inglaterra do Primeiro Tudor*. Universidade de Lisboa.
- Rodrigues, Jorge Nascimento & Devezas, Tessaleno. (2011). *Portugal, o Pioneiro da Globalização*. Famalicão: Centro Atlântico.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. (1980). *História de Portugal*. Segundo volume. Editorial Verbo.
- Rui de Pina, *Chronica d'Él Rey D. Ioham II*. SERRA, José Correia da, 1750-1823. Collecção de livros ineditos da historia portuguesa dos reinados de D. Affonso V, a D. João II. Biblioteca Nacional Digital.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III
- BALARD, Michel. (1978). *La Romanie génoise, Rome et Gênes*, Ecole Française de Rome.
- Marques, António Henrique. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. A esfera dos livros, 6ª edição, setembro de 2010.
- Cachim, Amadeu Eurípedes. (1988). *Os Ílhavos, O Mar e a Ria*. Livraria Estante.
- Silva, Maria João Violante. (1997). *Aveiro Medieval*. Câmara Municipal de Aveiro.
- Mourão, Rogério Freitas. (2000). *O Céu dos navegantes*. Editora pergaminho.
- Amorim, Inês. (1996). *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII*. Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Serrão, Joel. (1980). *Cronologia Geral da História de Portugal*. Livros horizonte.
- Madahil, António Gomes. (1959). *Milenário de Aveiro, Colectânea de documentos históricos*. Câmara Municipal de Aveiro.
- Parrott, David (2007). *Grande Enciclopédia da História, Da Aurora da Civilização à Atualidade*. Dorling Kindersley